

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DOIS

Aos dezanove dias do mês de Abril de dois mil e dois, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara, João António Abrantes Caldeira, João Miguel Amaro Marques, Helena Maria Freire Paixão, Agostinho Petronilho Simão, Leonardo Manuel Valido Maia e Jorge Manuel Barata de Queiroz Soares, Vereadores, comigo, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

No âmbito das suas competências e ao abrigo do número um do artigo sexagésimo terceiro da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor Presidente convocou no passado dia dez do corrente mês, a presente reunião extraordinária com a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos:

- 1. ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E TARIFAS**
- 2. ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL**
- 3. PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA**
- 4. AUTORIZAÇÃO PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO**
- 5. OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2002**
- 6. REGULAMENTO DE INVENTÁRIO E CADASTRO DO PATRIMÓNIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO**

ORDEM DE TRABALHOS

1. ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E TARIFAS

Entrando-se de imediato na Ordem de Trabalhos e como nota inicial o senhor Presidente disse que não obstante existir um conjunto de documentos que poderiam não ser tratados em simultâneo com as Opções do Plano e Orçamento, existe no entanto um cruzamento de informação que justifica tal opção.

Concretamente e no que concerne à matéria a tratar no âmbito do ponto inicial, o senhor Presidente referiu que a proposta de alteração à Tabela de Taxas e Tarifas sofre um aumento médio de aproximadamente três por cento, rondando o valor da inflação, ainda que pontualmente se registem algumas propostas de aumento superiores, por razões devidamente justificadas.

Neste sentido propôs o senhor Presidente a aprovação a proposta de alteração à Tabela de Taxas e Tarifas para o corrente ano, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Sendo o espalhamento de lamas derivadas das ETARs proibidos por lei, propôs a senhora Vereadora Helena Paixão, que fosse retirada a tarifa alusiva a tal actividade, uma vez que, se trata de um tarifa que a Câmara não poderá cobrar, por um serviço que não poderá prestar.

Manifestou depois o senhor Vereador Agostinho o seu acordo a tal proposta, aproveitando para referir que se trata de matéria à qual deverá ser dispensado um acompanhamento muito próximo, tendo em conta os efeitos nefastos para várias espécies, quando não são cumpridas todas as formalidades do processo de neutralização e estágio dos efluentes nas respectivas lagoas e especialmente quando as pecuárias encaminham directamente esses efluentes para as linhas de água, ou fazer espalhamentos indevidos.

Questionou depois o senhor Vereador Jorge Queiroz sobre a existência ou não de rubricas com valores propostos acima da média dos três por cento e em caso afirmativo qual a justificação dada para o efeito.

Em resposta disse o senhor Presidente que não existirão outros casos para além daqueles que constam da informação da própria tabela de taxas e tarifas.

Voltou o senhor Vereador Queiroz a intervir para perguntar se da proposta consta o lançamento de novas taxas ou tarifas.

Também aqui o senhor Presidente remeteu a informação a prestar, para as notas explicativas que constam da referida tabela.

Questionou depois o senhor Vereador Agostinho se nos casos de consumos de água mais elevados, o valor a pagar deriva do pagamento de todo o consumo ao custo do escalão mais elevado para a situação em causa, ou se porventura o cálculo do valor a debitar ao consumidor é feito com base na multiplicação do preço de cada escalão pelo consumo que lhe estiver directamente associado.

Interveio o senhor Presidente para informar que a fórmula de cálculo utilizada nos consumos permite ir avançando no preço em função da respectiva tabela de consumos (reportando-se sempre aos escalões inferiores), os quais são efectivamente pagos de forma gradual segundo o correspondente preço de tabela e não ao preço mais elevado registado pelo consumidor.

Voltou a intervir o senhor Vereador Agostinho para testemunhar a existência de algumas queixas por parte de diversos consumidores que consideram o custo da água elevado, sobretudo nos escalões mais altos.

Por último e referindo-se também à última intervenção disse o senhor Presidente que o custo mais elevado se situa a partir do consumo de vinte metros cúbicos que por si só representa um grande volume de água, tendo efectivamente o custo desses escalões a intenção de penalizar consumos mais avultados.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de alteração à Tabela de Taxas e Tarifas para o ano de dois mil e dois, mediante a exclusão do número três do artigo septuagésimo segundo (espalhamento de dejectos), devendo a mesma ser agora submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal apenas na parte que se refere às Taxas, nos termos do disposto na alínea e) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro.

2. ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL

Entrando-se no segundo ponto de ordem de trabalhos o senhor Presidente apresentou a proposta de alteração ao quadro de pessoal da autarquia, a qual disse traduzir-se no fundamental numa adequação à reorganização de serviços e ao ajustamento a eventuais promoções ou progressões na carreira.

Por outro lado referiu-se ainda o senhor Presidente à tentativa, que está também a ser levada a cabo pela autarquia de contenção das despesas com pessoal, frisando no entanto que tal não pode ser feito à custa de perda de eficiência dos serviços.

Disponibilizando-se seguidamente a fornecer as explicações necessárias sobre o aludido documento, o senhor Presidente colocou-o à discussão do executivo.

Usou então da palavra o senhor Vereador Jorge Queiroz para referir que o quadro de pessoal é um importante instrumento de gestão de recursos humanos, sendo nessa perspectiva que disse considerar imprescindível que o documento em apreço seja instruído com informações que permitam compreender o contexto como é o caso do número de trabalhadores da autarquia, do número de eventuais, avançados e pessoal noutras situações, para além de ser devida também uma informação relativa aos encargos que a autarquia suporta com pessoal e respectivos limites legais.

Por último solicitou ainda o mesmo eleito informação sobre a criação de um lugar de Técnico Superior de Assessoria e Administração e bem assim sobre a identificação dos projectos a que irão ficar afectos os funcionários designados para os lugares propostos de Director de Projecto Municipal.

Interveio depois a senhora Vereadora Helena Paixão para referir que as propostas de alteração do Quadro de Pessoal estão compatibilizadas com a estrutura actual da autarquia e com as novas necessidades funcionais

que se vêm impondo, pelo que, a abertura de novos lugares, corresponde às novas valências que estão a ser implementadas.

Para além daquilo que é proposto disse a senhora Vereadora considerar que existe uma lacuna no documento ao não contemplar a abertura de um lugar para técnico profissional de S.I.G., propondo nesse sentido a sua inclusão.

Neste âmbito disse depois o senhor Vereador João Caldeira que seria de todo o interesse que a Secção de Pessoal continuasse a fornecer a informação que até há algum tempo era disponibilizada, sobre os movimentos de pessoal na autarquia.

Também o senhor Presidente fez de novo uso da palavra afirmando que ao reforço de uma linha estratégica de desenvolvimento de determinada acção não deverão corresponder obrigatoriamente novas admissões de pessoal, podendo antes haver uma afectação de funcionários, sendo nesse sentido que a política da autarquia tem apontado, pelo que só em situações pontuais se tem procedido à abertura de concursos de admissão.

O mesmo edil não deixou contudo de frisar a dificuldade que se tem feito sentir por um lado no recrutamento de quadros médios, exemplificando a área administrativa como sendo a única onde existem quadros médios – Chefes de Secção, enquanto que por outro lado no sector operário, por exemplo, a autarquia apenas pode dispor de Encarregados Provisórios. As dificuldades a este nível derivam ainda da inexistência nas autarquias de carreiras razoavelmente bem remuneradas, o que leva esses quadros à procura de outros segmentos do mercado de trabalho e de nalguns casos não haver mesmo carreiras próprias para determinadas profissões. Outra incongruência do sistema resulta do facto de não ser possível beneficiar os trabalhadores mais dedicados e empenhados no bom desempenho das suas tarefas, situação que leva a uma equiparação que em regra é injusta e não corresponde à efectiva realidade.

Disse depois em resposta à questão do número de trabalhadores da autarquia, que tal informação consta do próprio documento. No que se refere à questão do número de trabalhadores contratados, o mesmo referiu que grande parte dos casos estão neste momento resolvidos, em acordo com a estrutura representativa da classe, tendo muitos deles beneficiado da legislação que nessa altura foi publicada para ajudar a resolver tal tipo de situações, ainda que existam neste momento algumas situações de colaboradores que desempenhando funções com carácter de regularidade ainda se encontram a “recibo verde”, estando os mesmos a ser objecto de análise, tendo em vista a sua extinção a curto prazo.

O senhor Presidente referiu no entanto a existência de algumas situações em que dificilmente se poderá encontrar uma solução, como é o caso do pessoal que se encontra afecto ao Programa RECRUA, em que por motivos de insuficiência de habilitações não será possível integrá-los no Quadro, ainda que a autarquia tenha grande interesse no produto do seu trabalho, dado tratar-se de profissionais qualificados.

No que se refere à informação que habitualmente era disponibilizada sobre as movimentações de pessoal no seio da autarquia, disse o senhor Presidente que tal prática será retomada a breve trecho, ainda que em seu entender tal devesse ser uma competência da própria Câmara e não do seu Presidente.

Quanto à questão dos lugares de Director de Projecto, disse o senhor Presidente que a lei não obriga a que se tenha que identificar desde logo os Projectos a que se destinam, entendendo-se conveniente manter os lugares que já se encontravam abertos. Ainda assim não deixou de alvitrar algumas possibilidades em que possa vir a ser necessário preencher esses lugares, designadamente no que se refere à obra da Piscina Coberta, ao projecto de Qualificação Urbana e também Ambiental.

Relativamente à proposta da senhora Vereadora Helena Paixão disse o senhor Presidente considerar importante a alteração proposta e nesse sentido admitir a sua inclusão no documento em análise.

Por último e no tocante ao valor de encargos com pessoal suportados pela autarquia, referiu o senhor Presidente que tal se encontra expresso na Conta de Gerência, afirmando no entanto que a autarquia dispõe de uma margem de sensivelmente oito por cento abaixo do limite legal. Frisou contudo, que as receitas da autarquia dependem em grande parte do Orçamento do Estado, pelo que a quebra de receitas próprias poderia de alguma forma comprometer o referido limite legal, caso a referida margem baixasse, sendo por isso de manter o afastamento actualmente existente.

Disse depois o senhor Vereador Agostinho que existindo neste momento trezentos e trinta lugares preenchidos e cento e cinquenta e sete vagos, será certamente difícil manter a margem actualmente existente, caso os lugares vagos venham a ser preenchidos.

Em resposta disse o senhor Presidente que a Câmara não tem capacidade nem o propósito de preencher todos os lugares em aberto. Esse elevado número de lugares em aberto tem apenas por objectivo permitir uma maior margem de trabalho e uma maior flexibilização da gestão de pessoal em função das suas

habilitações e da sua progressão na carreira, defendendo a este nível uma maior autonomia das Câmaras na gestão dos seus próprios recursos humanos.

Questionou depois o senhor Vereador Leonardo Maia sobre quem recai a competência para aprovação do Quadro de Pessoal. Ao Presidente ou à Câmara ?

Em resposta informou o senhor Presidente que a competência para a sua aprovação é da Câmara Municipal que depois de aprovado o submeterá à Assembleia Municipal.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de alteração ao Quadro de Pessoal da autarquia, mediante inclusão na referida proposta de criação de um lugar de um Técnico Profissional de S.I.G., devendo a mesma ser agora submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea o) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

3. PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

Sobre a proposta de Protocolos de Descentralização para as Juntas de Freguesia do concelho, começou por intervir o senhor Presidente para dizer que na anterior lei de Finanças Locais, as freguesias tinham as suas dotações financeiras asseguradas através da transferência dos orçamentos das respectivas Câmaras Municipais de uma verba que no mínimo se cifrava em dez por cento do Fundo de Equilíbrio Financeiro proveniente do O.E., ainda que no caso da Câmara de Montemor o valor transferido para as freguesias tenha sido sempre o dobro daquilo que a lei previa.

Nessa altura, depois de várias reuniões com todas as Juntas de Freguesia do concelho foi possível acordar entre elas algumas regras baseadas num espírito de solidariedade, que levaram a um equilíbrio, em que as Juntas mais necessitadas tenham sido mais beneficiadas, em detrimento das Juntas que à data já se encontravam mais bem apetrechadas e que dispunham de mais recursos próprios.

Continuou o senhor Presidente para dizer que a lei veio entretanto a ser alterada, passando as Juntas a receber as verbas a elas destinadas por via do Orçamento do Estado, situação que no caso das Juntas de Montemor lhes foi penalizante, atendendo a que passaram a receber menos dinheiro do que até então podiam contar. No sentido de permitir o desejável equilíbrio, foi acordado entre as Juntas e a Câmara, que esta compensaria as Juntas do valor que passaram a ter em falta, tendo nesse sentido sido feitos regularmente acertos de verbas para continuar a garantir o já referido equilíbrio.

Disse depois o mesmo autarca que a proposta de Protocolo em apreço já fora discutida e enviada a todas as Juntas do concelho, tratando-se naturalmente de uma proposta de adesão, a que só aderirão as Juntas que o pretendam, havendo no entanto já o manifesto acordo de nove delas. Apenas a Junta de Cabrela levantou algumas questões relacionadas com as verbas propostas (concluiu).

Usou seguidamente da palavra o senhor Vereador Maia, referindo que na página dois do documento se faz alusão a “pequenas intervenções” e “pequenas reparações”, tendo nessa medida questionado a forma como se poderá quantificar os níveis de intervenção, no sentido de definir com precisão onde termina a pequena e onde começa a média reparação. Embora assinado pelas duas partes, disse ainda o senhor Vereador Maia que o Protocolo não é vinculativo, carecendo em sem entender de maior rigor e precisão.

Em resposta disse o senhor Presidente que por um lado a descentralização de verbas para as Juntas tem de ser acompanhada da inerente descentralização de competências. Por outro lado a presente proposta de Protocolo é precisa no valor, de acordo com o constante no Anexo I, tal como também o é em relação a materiais a disponibilizar.

Há depois (disse) um conjunto de outras situações para as quais pontualmente se terão que estabelecer Protocolos específicos. Quanto às “pequenas obras” disse o senhor Presidente que a resposta está consignada no artigo quarto do Protocolo, correspondendo a “pequenas obra” a um valor orçado até quinze vezes o salário mínimo nacional, a qual caberá à Junta desenvolver, sendo necessário a partir desse montante contar com a intervenção da Câmara.

Interveio depois o senhor Vereador João Caldeira para dizer que por via da alteração legislativa registada, as Juntas têm as suas próprias competências definidas por diploma legal. Há contudo diversos tipo de intervenções a outro nível que a Câmara terá necessariamente de apoiar.

Referindo-se depois ao Anexo III da proposta de Protocolo, reforçou o senhor Vereador Agostinho a necessidade da autarquia dever assegurar com rigor as normas de segurança relativamente aos transportes escolares. dado tratar-se de matéria delicada. à qual deverá ser dedicada uma especial atenção no seu

tratamento, devendo existir cintos de segurança em todos os lugares das viaturas destinadas ao transporte destes alunos.

Por outro lado referiu também o mesmo eleito que o arranjo de caminhos onde transitam transportes escolares deveria ser também uma prioridade da autarquia.

Interveio depois o senhor Presidente para dizer que a autarquia sempre tem estado atenta às questões expostas pelo senhor Vereador Agostinho. Contudo, no caso concreto do arranjo de caminhos dever-se-à também atender à estratégia montada por alguns proprietários que colocam casais novos com filhos em idade escolar a viver em montes, alterando até anualmente as suas residências de uma propriedade para outra, no sentido de utilizarem esse argumento para pressionar a autarquia à reparação de tais caminhos.

Ainda que pontualmente possa existir esse tipo de aproveitamento, não deixou o senhor Vereador Agostinho de manifestar a sua opinião favorável a que prioritariamente se atenda à reparação desses caminhos.

Interveio depois o senhor Leonardo Maia para dizer que em sua opinião não será de todo em todo correcto afirmar que existem proprietários que colocam casais jovens com filhos em idade escolar a viver nos montes para obter o benefício referido.

Não acreditando que objectivamente alguém possa pensar dessa forma e até porque os proprietários não disporão de uma panóplia de alternativas para colocar nesses montes as pessoas que muito bem entendam, afirmou no entanto partilhar do sentimento de preocupação em matéria de transporte de pessoas, especialmente quando se trata de crianças.

Fruto da discussão sobre este assunto, sugeriu ainda o mesmo autarca que no Anexo III da proposta de Protocolo, fosse incluída uma referência à “segurança”.

Por último interveio ainda o senhor Vereador Jorge Queiroz para afirmar que a presente proposta representa um sinal positivo em termos de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, situação com a qual disse estar de perfeito acordo. Restará aguardar para ver como se irão comportar a Câmara em matéria de isenção e as Juntas, designadamente em termos de recursos humanos para dar cobertura ao conjunto de tarefas que através da presente proposta de Protocolo lhes são confiadas.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Protocolo de Descentralização de Competências da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para as Juntas de Freguesia do concelho que venham a expressar a sua vontade de a ele aderirem, incluindo-se no Anexo III da proposta uma referência à questão da segurança, devendo a referida proposta ser agora submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea s) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

4. AUTORIZAÇÃO PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO

Voltou a intervir de seguida o senhor Presidente para fazer a apresentação da proposta de autorização para contracção de empréstimos de curto prazo durante o corrente ano, a qual tem em vista disponibilizar à autarquia um meio de gestão de tesouraria que lhe poderá vir a ser útil poder utilizar, mas que até hoje nunca foi accionado.

A referida proposta é do seguinte teor:

“Tendo em consideração o disposto no n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, podem os Municípios, para fazer face a dificuldades de tesouraria, contrair empréstimos de curto prazo, até um montante que não poderá ultrapassar em qualquer momento, em média anual, 10% dos Fundos Geral Municipal e de Coesão Municipal transferidos para o Município.

Nos termos do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a primeira alteração que lhe é dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro e pela Declaração de Rectificação n.º 9/2002, de 5 de Março, compete à Assembleia Municipal aprovar os empréstimos contraídos nos termos da lei, podendo no que diz respeito aos empréstimos de curto prazo a contrair na vigência de um determinado Orçamento, essa autorização ser concedida nas sessões de aprovação do mesmo, em conformidade com o previsto no n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 258/79, de 28 de Julho.

Tendo em consideração o exposto, proponho que seja aprovada pela Câmara Municipal autorização para que durante o ano de 2002, possam ser contraídos empréstimos de curto prazo, em média anual, até 10% dos Fundos Geral Municipal e de Coesão Municipal a transferir para a Autarquia no mesmo ano, com posterior suieição a aprovação da Assembleia Municipal. por forma a dar-se cumprimento às disposições legais ap,

Deliberação: A Câmara deliberou por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores Agostinho Simão, Leonardo Maia e Jorge Queiroz, aprovar a proposta apresentada de contracção de empréstimos de curto prazo durante o corrente ano, devendo a mesma ser agora submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea d) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

5. OPCÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2002

De novo no uso da palavra o senhor Presidente fez uma sumária apresentação das principais linhas orientadores dos documentos que consubstanciam Opções do Plano e o Orçamento para o corrente ano. Paralelamente, o Plano de Actividades e o Plano Plurianual de Investimento, enquanto documentos apêndice dos anteriores, complementam as orientações e as perspectivas de desenvolvimento que a autarquia pretende implementar no mandato que agora se inicia.

Cumprindo com o prazo previsto do Regimento, disse o senhor Presidente ter sido distribuído atempadamente entre todos os eleitos os documentos a que anteriormente se havia referido, bem como um outro documento da autoria do próprio que contém uma ampla abordagem às principais acções que se propõem vir a constituir o trabalho autárquico do município nos próximos anos, o qual disse representar a sua própria intervenção no presente ponto da ordem de trabalhos, documento que devido à sua extensão foi rubricado por todos os eleitos presentes, aqui se dando por integralmente transcrito nos termos da lei.

Ainda assim deixou algumas informações pontuais sobre os documentos em apreço, das quais se destaca: O valor total do Orçamento importa em cerca de vinte milhões de euros; Desse valor aproximadamente três quartos estão garantidos, estando a concretização de algumas acções dependentes de candidaturas apresentadas a financiamento e de se vir a conseguir por essa via alcançar o valor remanescente; Que só é possível apresentar candidaturas a financiamento desde que a acção esteja prevista e a respectiva verba contemplada em Orçamento, sendo essa a principal razão de se poder dizer que o Orçamento estará “empolado” em cerca de vinte cinco por cento, o que obviamente só será concretizável se houver o indispensável financiamento; Que houve neste Orçamento uma preocupação de contenção da despesa; Que foi dada particular atenção às questões da Câmara e da melhoria de qualidade do Serviço que é prestado e dos próprios trabalhadores; Que o PPI possui um anexo que de uma forma detalhada explicita as acções a levar a cabo e por fim que foi também distribuído um documento do Serviço da Dívida, onde constam todos os empréstimos contraídos e as baixas taxas de juro praticadas, o que só tem sido possível em resultado da boa situação financeira de que a autarquia goza.

Em face do exposto disse o senhor Presidente não se alongar noutras explanações, colocando os referidos documentos à discussão e manifestando a sua disponibilidade para prestar os esclarecimentos que possam ser tidos por convenientes.

Interviu depois o senhor Vereador Jorge Queiroz, o qual referindo-se ao documento de explanação do Plano de Actividades e do Orçamento, disse que em seu entender a primeira parte do mesmo é constituída por apreciações de retórica política dentro da linha daquilo que disse ser já habitual, tentando justificar atrasos com as dificuldades que os governos têm levantado à autarquia, fazendo crer que Montemor é um oásis que escapa a todas as influências e que só por culpa de outros é que o concelho não conhece um melhor nível de desenvolvimento.

Nesta linha de acção disse ainda o senhor Vereador Queiroz que é notório no documento uma permanente contraposição entre autarcas modelo que tudo querem e outros que nada fazem e tudo dificultam.

Por outro lado disse o mesmo eleito que o concelho de Montemor está envelhecido e não tem mão-de-obra especializada suficiente para promover o desenvolvimento. Este aspecto estratégico não é referido no documento, mas constitui em seu entender um dos problemas fulcrais do concelho, dado que os problemas do emprego, passam muito pela qualificação profissional e pela fixação e atracção de jovens.

Embora sendo abordada a questão no aludido documento de introdução, questionou no entanto o senhor Vereador Queiroz como pretende a Câmara praticar uma gestão democrática e aberta que nele se refere. Em tal contexto considerou que o aprofundamento da democracia política, significa que por exemplo os requerimentos elaborados pela oposição nesta Câmara devessem ser respondidos objectivamente. Por outro lado o Boletim Municipal é também ele o reflexo da imaginação do poder, onde a oposição e os munícipes não têm lugar para expressar os seus pontos de vista, o que em seu entender não deveria verificar-se, dado que a opinião divergente e a crítica fazem parte da democracia e devem por isso ser respeitados.

Referiu depois o mesmo edil que os eleitos do MCPM consideram que nas questões do desenvolvimento económico tem havido um bloqueamento significativo, sendo disso exemplo a Zona Industrial da Adua, onde está provado que o modelo de gestão existente não é o mais adequado e não consegue por isso atrair investimentos. A pouca atenção que a CDU tem dedicado aos problemas do desenvolvimento, aliado aos tabús de retracção no apoio à propriedade, valorizando antes e principalmente as questões de dimensão e não da rentabilidade, tem conduzido o concelho aos baixos níveis de desenvolvimento que são conhecidos.

No tocante ao saneamento básico o senhor Vereador Queiroz disse que a população tem grandes carências a este nível, mas também aqui o texto é muito insuficiente, o que o levou a afirmar que o mesmo enferma de várias lacunas, não sendo possível uma análise e uma noção clara da estratégia a seguir e da respectiva programação, bem como do caminho que é proposto seguir, mediante uma justificada definição de prioridades.

Outro aspecto sobre o qual se interrogou tem a ver com o facto do valor que se propõe afectar à acção destinada à promoção da imagem do concelho ser superior ao valor que está inscrito em orçamento para a qualificação da Z.I.A.

Ainda um outro assunto já várias vezes abordado tem a ver com a criação de regulamentos. Também aqui disse o senhor Vereador Queiroz nada se propor no sentido de harmonizar os procedimentos, sendo certo (disse) que a desregulamentação actual contribui para a arbitrariedade e discricionariedade das decisões tomadas.

A concluir referiu ainda que independentemente das diferenciações ideológicas de cada membro do executivo, todos deverão ser respeitados no papel que estão a desempenhar e para o qual foram eleitos pela população, sendo nesse sentido que disse pugnar, tendo sempre em vista o desenvolvimento de projectos e de outras acções que acima de tudo interessem ao concelho e à melhoria das condições de vida da sua população.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Agostinho Simão, começando por referir-se no âmbito da gestão urbanística aos custos na aquisição de habitação própria que disse serem substancialmente mais elevados no concelho de Montemor do que por exemplo em Vendas Novas, devendo em sua opinião, a Câmara intervir na gestão dos solos, no sentido de garantir a estabilidade dos preços.

Por outro lado disse registar com satisfação o facto de ver contemplada a pretensão de algumas freguesias no lançamento de novos loteamentos, tal como também disse constatar com agrado que algumas ETAR'S ainda em falta irão avançar, não obstante algumas delas necessitem de urgentes intervenções, como é o caso de Cabrela.

No domínio da Acção Social, solicitou o senhor Vereador Agostinho informação sobre o tipo de actividade a desenvolver pelo proposto Gabinete Itinerante, dizendo desde logo que independentemente de tudo o resto se lhe afiguram escassos os recursos que lhe estão afectos em termos de pessoal.

No aspecto cultural o mesmo eleito manifestou o seu cepticismo quanto à prioridade que tem sido dada à construção de Centros Culturais em várias freguesias do concelho, quando nessas povoações existem outras estruturas, cujas potencialidades estão longe de se encontrarem suficientemente aproveitadas, situação que em seu entender seria de explorar, mediante a celebração de Protocolos ou Acordos de Cooperação com essas entidades. No que respeita aos idosos referiu que se tem privilegiado a construção de Centros de Dia, quando, nos dias de hoje, a implementação de Centros de Noite é uma prioridade, pois é durante a noite que o idoso mais sente o medo e a solidão.

Por último e sobre o Orçamento solicitou ainda esclarecimento sobre a inscrição de valores relativos a algumas despesas designadamente com pessoal, em que surgem valores relativos a pessoal noutras situações que representam valores excessivos, quando comparados com a despesa inscrita com pessoal do quadro, exemplificando com a divisão sócio-cultural em que uma e outra situação apresentam valores de cento e cinquenta mil e trezentos e quarenta mil euros, respectivamente.

Seguidamente fez uso da palavra o senhor Vereador Maia, começando por dizer que em seu entender a proposta de Orçamento e Opções do Plano encontra-se consubstanciada num bom documento político-partidário, que tem claramente vincado o timbre e as características próprias da CDU.

Há no entanto conceitos e atitudes próprias que levaram o PCP a estar na situação em que actualmente se encontra, sendo disso exemplo tipo a referência por si feita nos documentos em apreço a uma gestão aberta, democrática e participada, o que só por essa força é reconhecido.

Por outro lado disse ainda ser apanágio da CDU apropriar-se daquilo que o Poder Central faz em Montemor, remetendo o êxito dessas concretizações para a luta dos Montemorenses.

Questionou depois o mesmo autarca sobre as razões que justificam a manutenção do cartaz junto às instalações da Apormor, com a indicação de que a Câmara não cumpriu o acordado. Disse ainda considerar-se um abnegado lutador para que no concelho o desenvolvimento e o emprego possam encontrar a desejada expansão, mas onde a inflexibilidade de posições (de parte a parte, no caso do cartaz), não contribuem para o pretendido desenvolvimento, quando há potencialidades endógenas no concelho que estimulam o seu crescimento económico, particularizando o facto de Montemor poder assumir-se neste momento como um expoente máximo na qualidade de carne de bovino e estando já a explorar idêntica situação com a carne de suíno, sendo esses vectores fundamentais em que a aposta do desenvolvimento deve ser enquadrada.

A terminar disse ainda que as questões do saneamento assumem também elas particular importância no concelho, sendo de lamentar que em Montemor ainda existam esgotos a correr a “céu aberto”, referindo ainda de fundamental importância a necessidade de se fazer uma separação e reciclagem eficaz do lixo produzido.

Interveio seguidamente a senhora Vereadora Helena Paixão para, em resposta à intervenção do senhor Vereador Agostinho Simão, referir que a Câmara, só por si, não terá capacidade para disponibilizar bolsas de lotes, a custos suficientemente reduzidos para poder regularizar o mercado. Relativamente à segunda questão, referiu ainda que, até ao momento, a não aprovação dos Planos de Urbanização das Sedes de Freguesia, constituiu grave estrangulamento à constituição de novos loteamentos e conseqüentemente à fixação de jovens casais, pois os instrumentos de planeamento em vigor, no caso o PDM, não permitem a constituição de loteamentos com mais de cinco lotes, além de que são demasiadamente restritivos relativamente às áreas de construção que permitem. Adiantou também, que estão em curso várias diligências, junto dos organismos de tutela próprios, no sentido de fazer inverter esta situação, através da Alteração de Âmbito Limitado do PDM, em curso.

No que se refere à recolha selectiva, disse a senhora Vereadora que a instalação de ecopontos e a respectiva gestão, no âmbito da Associação de Municípios do Distrito de Évora, estará a cargo de um consórcio que segue uma calendarização própria, sobre a qual, a Câmara não poderá, nesta fase, ter uma maior intervenção. A concluir, disse ainda a senhora Vereadora Helena Paixão, que apontar erro ou falhas relativamente a um documento elaborado por terceiros, é fácil de fazer. Em seu entender seria benéfico que os eleitos do MCPM apresentassem propostas concretas em relação às questões que levantam, porque, a crítica só é construtiva, quando contempla propostas alternativas para a resolução dos problemas identificados.

Usando seguidamente da palavra referiu o senhor Vereador João Marques subscrever integralmente as palavras da senhora Vereadora Helena. Relativamente à questão colocada de regulamentação na atribuição de subsídios, disse o senhor Vereador que a autarquia está a desenvolver trabalho nesse sentido. No que se refere ao Gabinete Itinerante informou o senhor Vereador que para o mesmo serão canalizados não só recursos humanos de que actualmente a autarquia já dispõe, mas contará também com outros serviços que a seu tempo serão criados.

Terminou a sua intervenção dizendo ter participado e rever-se por isso nos documentos que constituem as Opções do Plano e o Orçamento apresentados pela CDU, os quais merecem o seu acordo.

Usou depois da palavra o senhor Vereador João Caldeira dizendo subscrever também ele as palavras da senhora Vereadora Helena Paixão, uma vez que os eleitos do MCPM tiveram o tempo suficiente e a possibilidade de apresentarem as suas propostas alternativas, o que não fizeram.

Informou depois que tal como consta das Opções do Plano irão avançar alguns loteamentos em freguesias rurais do concelho.

No tocante às ETAR'S referiu que os respectivos projectos candidatados a financiamento por via do II Q.C.A. não foram contemplados, situação que impediu que fosse concretizado o que a autarquia havia previsto nesse âmbito. Não obstante a ausência de financiamento, a Câmara decidiu avançar por administração directa com a resolução de alguns problemas na zona sul da cidade.

Encerrou a sua intervenção dizendo que neste momento se aguarda a definição do novo elenco governativo, para que se tornem conhecidas as suas linhas programáticas e de financiamento para a área do saneamento e que até lá nada deverá avançar.

Usou novamente da palavra o senhor Presidente para dizer que os eleitos da CDU não esperavam que os Vereadores do MCPM se pudessem rever nos documentos colocados à discussão.

Referiu depois considerar muito positivo que o documento. Não sendo de todo partidário, tenha o timbre e as características próprias da CDU já que assim se honra o compromisso eleitoral sufragado pelos montemorenses.

Referiu depois que a sua postura na autarquia não é de gestão, mas fundamentalmente de transformação do concelho aos mais diversos níveis no sentido do progresso e da melhoria das condições de vida da sua população e isso (disse) é fruto dos valores que defende, que serão obviamente diferentes daqueles que serão os perfilhados pelos eleitos do MCPM.

Trata-se em seu entender de uma proposta de documento que não é partidário, que não alinha por aquilo que é habitual e que não alimenta uma visão entre bons e maus, mas que assenta sobretudo numa linha diferente daquela que é concebida pelos eleitos do MCPM, ainda que seja inquestionavelmente licito que os mesmos defendam opiniões divergentes, tanto assim que uns aceitam a estrutura fundiária existente no Alentejo e outros não. A CDU não partilha desses ideais, sem que previamente equacione os seus benefícios e quem deles usufruiu, bem como das suas causas (referiu).

Disse depois não considerar um drama o facto de se pensar de determinada forma e de com base nessas ideias apresentar propostas de trabalho. O que disse considerar inqualificável e anti-democrático é não se aceitar que se pense de forma diferente. Há nesse sentido um programa apresentado ao eleitorado, o qual deverá tentar ser respondido, não obstante haver abertura para a consensualização de posições quando tal for possível (afirmou).

Continuou a sua intervenção dizendo que está clara a vontade de aprofundamento da democracia participativa por parte da CDU, procurando a intervenção da população.

Recusou seguidamente o senhor Presidente e de forma liminar que não tenham sido respondidos os requerimentos, conforme havia sido afirmado anteriormente pelo senhor Vereador Jorge Queiroz.

No que concerne ao desenvolvimento económico disse o senhor Presidente tratar-se de uma questão que preocupa a todos, que deve ser aprofundada e discutida, mas sobre a qual gostaria de conhecer o que significa na prática o modelo de gestão que é preconizado pelo MCPM.

No que se refere às questões de saneamento básico o senhor Presidente disse haver intenção da Câmara em chegar ao final do anterior mandato com esse problema erradicado do concelho. Contudo, vicissitudes várias condicionaram o seu avanço, designadamente o facto das autarquias não poderem avançar com fundos comunitários, restando-lhes a opção entre os sistemas multimunicipais e intermunicipais, por forma a que os projectos possam vir a ser candidatados ao Fundo de Coesão, situação que no caso vertente do distrito de Évora significa uma verba de aproximadamente cem mil euros (vinte milhões de contos).

No tocante à divulgação da imagem da Zona Industrial da Adua, trata-se de uma leitura enfiada do documento, quando obviamente não será só a criação do Conselho Consultivo que irá contribuir para a melhoria da imagem do ZIA, mas todo um conjunto de outras acções que estão dispersas por várias rubricas do Orçamento, devendo ser essa a perspectiva de análise correcta e não outra.

Relativamente à questão dos regulamentos, disse o senhor Presidente não subscrever a ideia que a regulamentação só por si possa significar um melhor desempenho das Câmaras, entendendo no entanto que será uma boa solução encontrar os mecanismos que permitam chegar a essas conclusões com a flexibilidade que será sempre exigível. No mesmo âmbito e quanto à criação de regulamentos específicos para a utilização de edifícios públicos, disse o senhor Presidente que os mesmos sempre têm funcionado de portas abertas e sempre têm sido disponibilizados a todas as instituições, mas se ainda assim se vir necessidade em regulamentar, não vê inconveniente em que se avance nesse sentido.

Sobre as questões da habitação e dos seus custos em Montemor, disse o senhor Presidente ter outra leitura dos mesmos, sendo da opinião que os preços da habitação em Montemor serão mais baixos, tratando-se no entanto de um mercado difícil de controlar, onde há muita pressão de construtores e outros interessados em inflacionar os preços.

Na cidade existem neste momento terrenos urbanizáveis que chegam para duplicar a população existente, o mesmo acontecendo nalgumas freguesias rurais. Há contudo alguma dificuldade em negociar terrenos em determinadas localidades, devido a indisponibilidade dos seus proprietários para tal, situação que nessa conformidade se torna inultrapassável já que a Câmara está interdita de poder intervir neste domínio, havendo porventura que encontrar alguns mecanismos que possam aliciar a venda.

Abordando seguidamente a questão das revisões do Plano de Urbanização e do Plano Director Municipal, disse o senhor Presidente que os mesmos já poderiam ter sido revistos se se tivesse aceite imposições de normas que limitariam extraordinariamente a construção de habitações, sobretudo em zonas rurais, o que teria como consequência dificultar a manutenção do povoamento existente e mesmo a fixação de população no concelho. Só através do diálogo e de posições firmes de medidas de combate à desertificação (como é o caso da melhoria dos índices de construção) tem sido possível encontrar melhores soluções.

Referindo-se depois à intervenção do senhor Vereador Agostinho Simão, disse o senhor Presidente que as preocupações evidenciadas pelo mesmo relativamente aos Centros de Noite são legítimas, só que tal competência não é da Câmara, não obstante a autarquia sempre se ter disponibilizado em apoiar.

Relativamente à questão colocada também pelo senhor Vereador Agostinho sobre a prioridade de construção de equipamentos, deixou o senhor Presidente a interrogação sobre o tipo de equipamentos que serão considerados não prioritários. As Casas do Povo (por exemplo) têm a sua gestão própria e nem sempre é possível integrar outras actividades e outras instituições nesses espaços (concluiu).

No que toca às despesas com pessoal noutras situações (DSC), informou o senhor Presidente que se trata de trabalho sazonal, fundamentalmente ligado ao prestadores de serviços durante o período de funcionamento das piscinas municipais.

Sobre as questões da Apormor, disse o senhor Presidente que o problema não é com a Instituição, mas com a direcção da Apormor. A Câmara sempre tem encontrado formas de colaboração e de entendimento com os agricultores do concelho, sendo bom recordar (disse) que haviam dois certames separados, tendo sido possível, depois de várias discussões sobre o assunto, acertar que a realização da Feira da Luz e Expomor assentassem numa única iniciativa, para além do investimento efectuado pela Câmara no Parque de Leilões. O trabalho exemplar, a frontalidade e o cumprimento de acordado sempre foram a regra para um bom relacionamento com direcções anteriores presididas quer pelo Dr. Feliciano Reis, quer pelo Sr. Joaquim Alves, até à data em que surgiu a actual direcção com a qual têm surgido os problemas que são conhecidos.

Disse ainda que há vários anos que a Câmara assina ano a ano um protocolo com a Apormor para realização da Feira da Luz, com o qual a edilidade sempre tem cumprido. Entretanto no ano passado a duas horas de abertura da Feira da Luz os responsáveis da Apormor decidiram colocar um cartaz junto às suas instalações com menções que atentam contra a Câmara, que não têm contudo qualquer correspondência com a realidade, violando assim uma parceria e colocando em risco o espírito de colaboração existente até à data de tal ocorrência. Tal situação levou o senhor Presidente a falar ainda nesse mesmo dia e antes da abertura da Feira com o Presidente da Apormor, o qual não se mostrou no entanto disponível para alterar a sua posição conflituosa.

Ainda sobre esta matéria esclareceu o senhor Presidente que a construção do Parque de Leilões de Gado foi objecto de financiamento através do FEOGA e de assinatura de um Protocolo com a Câmara, por via do qual a autarquia se comprometeu a elaborar o projecto de arranjos exteriores (que foi feito), para além de ter colaborado na efectivação de várias alterações, sendo a comparticipação da entidade promotora do projecto (Apormor), a concretização da obra de arranjos exteriores.

Nessa altura foi então acordado entre a Câmara Municipal, Apormor e o Gestor do Programa Operacional da Região Alentejo (Dr. Bento Rosado) que o projecto de arranjos exteriores seria candidatado por via do referido Programa, mas através da Câmara, uma vez que a Apormor não se poderia candidatar a esse tipo de fundos dado tratar-se de um parque privado, embora de interesse municipal, tendo-se nessa medida a Câmara disponibilizado a colaborar. A concretização da obra teria assim uma comparticipação de setenta e cinco por cento por via do PORA, suportando a entidade proponente a parte remanescente e contando também com a disponibilização da Câmara em termos de colaboração.

Entretanto as verbas esgotaram, ficando então acordado que a candidatura transitaria para o III QCA, a qual após a necessária reformulação será enviada para aprovação.

Voltando à questão do relacionamento com a direcção da Apormor qualificou o senhor Presidente a atitude perpetrada pela Apormor de condenável, vislumbrando nesta altura algumas dificuldades em conseguir ultrapassar as divergências criadas pelo actual Presidente da Apormor, a não ser que venha a existir alguma flexibilização.

Neste momento (continuou) há um diferendo no tocante à permuta de terrenos que foi feita entre a Câmara e a Apormor, tendo-se por esse motivo levado a efeito um levantamento rigoroso de toda a área para confrontar com as medições efectuadas pela Apormor, considerando de extrema dificuldade conseguir desenvolver algum trabalho com um parceiro que sistematicamente cria divergências e levanta problemas sobre questões que haviam sido previamente definidas.

A concluir o senhor Presidente enalteceu o trabalho desenvolvido até aqui pela Apormor, considerando a referida instituição de grande utilidade para Montemor, com a qual a autarquia sempre tem estado disponível a trabalhar em prol da valorização do concelho, havendo inclusive neste momento um grande projecto na continuidade da valorização da carne produzida no concelho que irá possibilitar a abertura de uma loja em Lisboa. Em contraponto com este avanço a Câmara não poderá contudo admitir que alguém pretenda escamote

Em intervenção seguinte disse o senhor Vereador Queiroz que os eleitos do MCPM sabem fazer propostas e quando é preciso apresentam-nas. Há contudo uma força política que ganhou e que quer impor os seus objectivos parcelares, sobre os quais os eleitos do MCPM têm legitimamente uma posição de crítica e de fiscalização sobre a actividade que é desenvolvida, direito do qual disse não abdicarem.

Fazendo-se referência nas Opções do Plano à criação de um Centro de Apoio às Actividades Associativas, questionou o senhor Vereador Queiroz se as Associações do concelho haviam sido contactadas nesse sentido para eventual concordância, frisando ainda que na página vinte cinco do documento das Opções do Plano surgem referências a algumas associações do concelho, mas outras não aparecem, tendo por isso solicitado o devido esclarecimento.

Relativamente às questões no âmbito da habitação social disse o senhor Vereador Queiroz não ter constatado qualquer referência a essa acção, que disse considerar preponderante nalgumas autarquias, questionando ainda se nesse domínio existe algum diagnóstico social das necessidades de habitação do concelho.

Ainda sobre a questão dos requerimentos voltou o senhor Vereador Queiroz a afirmar que os eleitos do MCPM consideram que os requerimentos não foram respondidos, excepto um deles que disse considerarem parcialmente respondido, não podendo por isso em contradição a CDU falar em qualidade de democracia e impor com prepotência as suas posições.

Terminando a sua intervenção referiu que a um discurso intransigente da CDU, não há depois a devida correspondência prática dessa mesma força política, considerando tratar-se de um Plano insuficiente nos aspectos que foram apresentados.

Também o senhor Vereador Agostinho Simão voltou a intervir para referir sobre a questão das prioridades de equipamentos que no caso concreto de Cabrela, a Casa do Povo local, mediante o estabelecimento de uma parceria, poderia ter avançado com algumas valências, sem que tal pudesse pôr antecipadamente em causa a prioridade de avanço do Centro de Convívio que até poderia de facto ser prioritário, mas a abordagem para se encontrar a melhor solução deveria ter sido feita de forma diferente, passando primeiro que tudo pelo contacto com instituição em causa.

A concretização de um Centro de Noite, seria outro equipamento que em seu entender disse considerar prioritário, relativamente ao qual referiu não haver problemas em avançar, sendo actualmente mais fácil à Segurança Social o seu financiamento, pois no concelho de Montemor-o-Novo existe um número muito razoável de Centros de Dia e Lares.

Sobre a questão dos arruamentos interrogou o senhor Vereador Agostinho sobre a razão pela qual não aparece qualquer referência à sua concretização quer na sede de freguesia de Silveiras, quer na localidade de Fazendas do Cortiço.

Outra questão colocada pelo mesmo edil esteve relacionada com a construção da Estação de Transferência, relativamente à qual havia uma perspectiva de construção em aproximadamente dois meses, faltando apenas a autorização para abates de sobreiros. Contudo no PPI tal obra surge com um prazo de execução que decorre até Dezembro de dois mil e dois, o que disse não corresponder minimamente à calendarização inicial.

Outro assunto suscitado pelo senhor Vereador Agostinho teve a ver com a ETAR de Cortiçadas do Lavre, cujo raio de acção não abrangerá todo o aglomerado, havendo por isso necessidade de a dotar de uma maior capacidade.

A última questão colocada esteve relacionada com a eventual construção de um hospital de retaguarda em Montemor. Sobre o mesmo inquiriu por um lado acerca de eventuais avanços do processo e por outro lado criticou o facto da Câmara não ter sido mais célere neste domínio, tentando ganhar o compromisso do anterior governo na sua concretização, para passar a ter argumentos mais fortes de reivindicação da sua construção junto do novo elenco governativo.

Também o senhor Vereador Maia fez mais uma vez uso da palavra para dizer em resposta à senhora Vereadora Helena, que as propostas do MCPM estão onde sempre estiveram, mas que ainda assim não seria vantajoso apresentá-las nesta discussão, porque as mesmas não seriam consideradas.

Abordou depois o mesmo eleito duas questões cujo equacionamento considera importante. A primeira delas, referente ao Grupo União Sport, relativamente ao qual, enquanto instituição, disse nada ter a apontar, mas o estádio terá necessariamente de ser realocado, pelo que o permanente investimento em obras que a curto prazo terão que ser dali deslocadas, constitui em seu entender uma ineficaz aplicação de dinheiros públicos, uma vez que será efêmero o período de vida útil de tais equipamentos, cujo investimento não será devidamente rentabilizado. Preferível seria começar a investir num parque desportivo que servisse o futuro de Monte

A segunda questão deriva do perigo que está associado ao atravessamento diário de um número não quantificado de veículos que transportando matérias perigosas representam uma preocupação constante, tornando-se inevitável e urgente a deslocação do trânsito daquela artéria para outra via de circunvalação à cidade (ainda que os comerciantes possam invocar um hipotético prejuízo adveniente de uma alteração do tráfego a esse nível), ou utilizando porventura os nós de ligação do auto-estrada, que constituiria outra hipótese a ponderar.

Ainda a propósito da proposta de documento de Opções do Plano apresentada, disse o senhor Vereador Maia que à CDU que ganhou as eleições compete governar a Câmara e nessa medida apresentar as suas propostas, sendo certo que os eleitos do MCPM estarão também eles, embora com uma visão diferente de resolução dos problemas do concelho, dispostos a colaborar para que os montemorenses possam fruir de melhores condições de vida num futuro próximo.

Seguidamente interveio a senhora Vereadora Helena Paixão para dizer que, se bem que a construção da Estação de Transferência, da responsabilidade da empresa a quem foi adjudicada a obra e da AMDE, esteja atrasada, não é essa a razão pela qual, no PPI, se refere um calendário de execução até final de 2002. Este facto prende-se com a expectativa de construção, até final do ano, do Ecocentro que constitui parte integrante daquela infraestrutura.

Em resposta a algumas questões colocadas interveio depois o senhor Presidente que começou por dizer que relativamente à habitação social a Câmara tem entendido até aqui não avançar nessa área quer por ser uma responsabilidade primeira do Poder Central quer pelos elevados custos envolvidos que poriam em causa outros investimentos municipais prioritários.

Quanto à invocada falta de resposta aos requerimentos (que qualificou de pretensa falta de resposta), disse o senhor Presidente considerar que, usando o critério do Vereador Queiroz, será igual a prepotência de quem afirma que os requerimentos não foram respondidos.

No tocante à obra do Centro de Convívio de Cabrela disse o senhor Presidente que de facto a possibilidade de utilização da Casa do Povo de Cabrela foi discutido com os seus responsáveis, perfilhando a esse nível o entendimento que havendo equipamentos que possam ser rentabilizados, se deverão em primeiro lugar esgotar tais possibilidades de utilização e só depois partir para outras soluções.

No caso em apreço não foi possível encontrar as soluções necessárias, tendo-se em conformidade decidido avançar para um projecto de raiz que foi previamente discutido com todas as Associações da localidade.

Relativamente aos arruamentos de Silveiras disse o senhor Presidente que só depois de colocadas as infraestruturas básicas de saneamento será aconselhável proceder à pavimentação das ruas, sendo essa a razão pela qual não surge ainda o colocação de asfalto no ano em curso.

Sobre o atraso na construção da Estação de Transferência disse também o senhor Presidente ter surgido uma dificuldade de interpretação levantada pelo consórcio a quem foi adjudicada a respectiva empreitada, invocando o mesmo grupo empresarial que em seu entender o prazo constante do caderno de encargos para a construção se referia a cada uma das Estações de Transferência a construir no distrito e não para todas elas, o que em boa verdade disse não corresponder à realidade, pelo que a empresa se comprometeu posteriormente a concluir a empreitada até à data de oito de Junho próximo, o que à partida não parece que possa vir a acontecer.

Quanto ao problema da ETAR de Cortiçadas do Lavre, referiu o senhor Presidente que a concepção de uma Estação Elevatória irá resolver o problema em causa.

Sobre a questão do Centro de Saúde e da construção de um hospital de retaguarda, disse o senhor Presidente que a posição da Câmara sobre o assunto continua a ser de intransigência em relação à questão do internamento, ou seja, ou há internamento no novo Centro de Saúde ou terá de haver internamento num possível hospital de retaguarda que se venha a construir. Nesse sentido disse que a Câmara contactou os responsáveis da respectiva pasta no anterior governo, tendo sido pedida uma audiência ao Ministro da tutela, que remeteu o assunto para o Director Geral de Saúde com quem se realizou a referida reunião, tendo o mesmo informado que a decisão do governo aponta para a construção do hospital de retaguarda. O senhor Presidente disse ter-lhe transmitido a disponibilidade da Câmara para analisar as propostas que venham a surgir, sendo neste momento prematuro equacionar o que quer que seja, sem que primeiramente sejam conhecidas as propostas do governo sobre tal matéria.

Relativamente à questão do Grupo União Sport disse o senhor Presidente que o processo em curso de construção das bancadas conheceu várias vicissitudes, designadamente de uso de dinheiro públicos, situação que sendo levada às últimas consequências poderia trazer sérios problemas não só para as pessoas

envolvidas, mas fundamentalmente para o próprio Clube, tendo sido essa condicionante que obrigou a que houvesse um empenhamento para se encontrar alternativas válidas de resolução dos problemas gerados.

A Câmara adiantou uma solução para o problema, salvaguardando no entanto a sua posição ao tornar-se proprietária de duas fracções do imóvel que pudessem funcionar como garantia real da verba disponibilizada pela autarquia para conclusão das bancadas. A não ser assim (disse), o despoletar de uma situação tão grave como a existente, levaria ao desaparecimento do GUS.

Voltou a intervir o senhor Vereador Leonardo Maia que sobre a última questão abordada pelo senhor Presidente disse considerar pertinente que a intervenção da autarquia tenha sido norteadada no sentido de defender o Clube e a Instituição que o sustenta, mas nunca poderá ter sido orientada no sentido de proteger a possibilidade de poderem vir a ser levantados processos crime contra os autores das infracções.

Em resposta disse o senhor Presidente que a Câmara ao intervir pretendeu apenas acautelar a utilização apropriada dos dinheiros públicos. A partir do momento em que tal passou a estar garantido (disse), tudo o resto passou a ser tratado na esfera da exclusiva competência do Clube, que poderá a todo o momento, se assim o entender, levantar essa questão, tal como outras que são do domínio público e que têm trazido dissabores ao Clube em processos que correm os seus termos sob a alçada dos tribunais.

Sobre a construção da variante à cidade referiu o senhor Presidente que tal questão é da responsabilidade do ICER, encontrando-se prevista no plano rodoviário nacional há alguns anos, mas numa posição bastante atrasada em termos de prioridades. A possibilidade de utilização dos dois nós de ligação do auto-estrada para desviar o trânsito pesado do atravessamento da cidade foi a primeira proposta que a Câmara apresentou à Brisa logo que o auto-estrada foi aberto à circulação, sobre a qual a Brisa nunca se dignou responder.

Também o senhor Vereador Jorge Queiroz interveio para clarificar que na sua anterior intervenção não se referiu à opção da Câmara pela habitação social, mas por uma política social de habitação e se haverá ou não um diagnóstico nessa área, por considerar imprescindível a sua existência por parte da autarquia de um acompanhamento dos problemas no que se refere a direitos sociais essenciais.

No que concerne à enumeração das instituições de apoio ao desenvolvimento local, disse o mesmo autarca constar a omissão ao nome da Marca ADL.

Voltou depois a referir-se à proposta de institucionalização de um Centro de Apoio ao Associativismo, sobre o qual solicitou mais uma vez informação sobre a prévia audição ou não das Associações sobre a matéria, assunto acerca do qual não deixou de afirmar que considera existir um paternalismo autárquico desmesurado em relação à sociedade civil, com o qual disse estar em perfeito desacordo.

Por último e focando novamente a questão dos requerimentos disse o senhor Vereador Queiroz não se tratar de um problema de interpretações entre quem afirma que respondeu e quem diz que não está respondido, mas antes de um direito, em relação ao qual, não a Câmara mas o Presidente, não se poderá furtar, estando obrigado por lei a fornecer as informações solicitadas.

Por último interveio o senhor Presidente para dizer que no âmbito da habitação social a Câmara apenas tem feito intervenções em benfeitorias, não havendo no entanto uma informação estatística e rigorosa sobre o assunto, mas tão somente alguns indicadores que fornecem informação em termos genéricos.

Sobre o Centro de Apoio ao Movimento Associativo informou o senhor Presidente que nesta fase foram auscultadas fundamentalmente as instituições que não dispõem de instalações próprias, sendo certo que futuramente se deverá alargar a discussão e o seu âmbito a outros níveis de intervenção.

Relativamente ao gabinete técnico a integrar no Centro de Apoio ao Movimento Associativo, trata-se (disse) de dar resposta a um conjunto de questões técnicas (gestão. Jurídicas, candidaturas, etc.) que as nesse âmbito às questões que se venham a colocar.

No que se refere à Marca ADL, disse o senhor Presidente que a sua eventual omissão resultará por certo de uma falha que a confirmar-se deverá ser corrigida.

Ainda e no tocante à questão dos requerimentos o referido edil afirmou que à luz das regras processuais cometidas a um estado de direito, considera que os requerimentos apresentados pelos eleitos do MCPM estão em rigor respondidos.

Deliberação: A Câmara deliberou por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores Agostinho Simão, Leonardo Maia e Jorge Queiroz, aprovar a proposta de Opções do Plano para o ano de dois e dois, dela fazendo parte em apêndice o Plano Plurianual de Investimento, conforme documentos que foram rubricados por todos os eleitos presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos, devendo os mesmos ser agora submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no na alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, bar

Igualmente por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores Agostinho Simão, Leonardo Maia e Jorge Queiroz, a Câmara deliberou aprovar a proposta de Orçamento para o ano de dois e dois, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito, devendo ser agora submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

Os senhores Vereadores do MCPM apresentaram seguidamente a seguinte declaração de voto:

“Os vereadores do MCPM avaliaram os documentos apresentados à análise e discussão em sessão de Câmara de 19 de Abril de 2002, os quais pela sua importância mereceram a nossa maior atenção.

Em linhas gerais os documentos apresentados, embora anunciando algumas obras necessárias com as quais concordamos, correspondem a uma lógica de gestão autárquica sobre a qual o MCPM se pronunciou negativamente na campanha eleitoral e sobre as quais mantém uma fundamentada posição alternativa e que se consubstancia em dois traços fundamentais:

- A ausência de qualquer estratégia de desenvolvimento económico e social para Montemor-o-Novo

Embora parecendo que a tem (vide os resultados de insucesso da apregoada Carta Estratégica datada de há vários anos) e acusando sempre os sucessivos Governos para encobrir incapacidades próprias, usa a técnica de dois pesos e duas medidas na análise das acções. Se as obras são de iniciativa governamental isso deve-se à corajosa reivindicação e imposição dos “eleitos CDU/PCP ao lado do povo”, senão se realizam é também por culpa dos Governos que não deram as verbas e meios necessários. Deste raciocínio simplista e voluntarista se construiu uma teoria e uma imagem de luta e capacidade, demagogia que deu muitos votos no Alentejo durante muitos e que agora mais visivelmente se esgota.

O atraso no desenvolvimento de Montemor-o-Novo não tem origem num único factor, muito menos no hipotético desejo dos Governos do nosso País em prejudicar o concelho. Tem contribuído certamente uma má gestão autárquica de mais de vinte anos que acumulou atrasos no desenvolvimento demográfico, económico, nas infra-estruturas de saneamento básico e culturais, desportivas e sociais, na habitação social, na reabilitação do património, na preservação ambiental.

- A ausência de uma mudança real nos métodos de gestão autárquica com vista ao aprofundamento da democracia local.

Persiste-se na descricionaridade do acesso aos equipamentos e financiamentos, na desregulamentação, no paternalismo, na utilização da aparência e da Imagem como método de gestão política.

O Plano agora apresentado retoma na sua introdução um velho, conhecido e gasto discurso político e corrobora nos mesmos métodos de gestão dos últimos vinte anos, cheio de chavões políticos e frases feitas. É um texto pejado de afirmações não quantificadas, algumas mesmo política e tecnicamente erradas.

O texto não explícita objectivos; é afirmativo mas pouco rigoroso e deixa de parte questões fundamentais e decisivas, tais como:

- A estratégia de desenvolvimento económico e social de Montemor e uma necessária gestão por objectivos, rigorosa e quantificada, discutida e participada pelas Instituições e os cidadãos.

- A definição clara de prioridade de acordo com as necessidades da população não sujeitas a um calendário meramente eleitoral.

- O modelo de gestão da zona industrial da Adua e a criação de uma empresa para a sua dinamização.

- Um plano claro e objectivo, quantificado, de resolução dos graves problemas de saneamento básico no concelho.

- Políticas municipais na habitação social e de apoios aos mais desfavorecidos.

- A regulamentação do acesso aos equipamentos e bens colectivos, dos edifícios propriedade ou sob gestão municipal.

- A recusa de uma concepção paternalista e mesmo presidencialista em relação ao associativismo, cujos exemplos mais flagrante são a ausência de regulamentos de atribuição de subsídios e o recurso sistemático e discricionário a “protocolos” e subsídios extraordinários sem regras.

- Uma gestão efectivamente participada pelos cidadãos e o acesso efectivo aos órgãos de informação municipal para que estes sejam realmente dos munícipes e não o espelho do Poder e dos seus auto-elogios.

Pelas razões expostas no debate e da leitura das Opções do Plano os vereadores do MCPM verificam que se reforçaram as razões que levaram à sua participação nas eleições autárquicas e que aumenta a necessidade de uma intervenção permanente e fiscalizadora no sentido da defesa da população montemorense e dos seus direitos democráticos.

Face ao exposto não podem os Vereadores do MCPM votar favoravelmente os documentos propostos pela maioria CDU porque estes não correspondem às necessidades de desenvolvimento do concelho e estão longe de serem satisfatórios no que se refere ao aprofundamento e à qualidade da democracia local.”

6. REGULAMENTO DE INVENTÁRIO E CADASTRO DO PATRIMÓNIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO

No último ponto da ordem de trabalho interveio de novo o senhor Presidente para fazer a apresentação do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito, tendo-se o referido autarca disponibilizado a prestar algumas informações adicionais, uma vez que o referido documento havia sido distribuído, tal como os restantes, com a devida antecedência.

Solicitou depois o senhor Vereador Queiroz informação quanto ao facto de se tratar ou não do primeiro documento/regulamento do género, se o mesmo corresponde a algum imperativo legal e ainda se se trata de uma proposta técnica dos Serviços da autarquia.

Em resposta disse o senhor Presidente que existe um conjunto de normas anteriores que tem regulamentado a questão do inventário do património da Câmara, não sendo no entanto obrigatório um registo sistemático desse mesmo património, o que passou no entanto a acontecer com a entrada em vigor do POCAL, tendo-se nessa conformidade e por forma a dar resposta a essas exigências de âmbito legal decidido avançar para a criação de um Regulamento específico sobre tal matéria, o qual foi elaborado pelos serviços técnicos da Câmara.

A propósito do POCAL disse ainda o senhor Presidente que no Congresso da ANMP foi admitida a possibilidade de se poder vir a adiar a entrada em vigor do referido Programa de Contabilidade, sendo no entanto intenção da Câmara manter a sua implementação já efectuada no presente ano.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, devendo a referida proposta ser agora submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

Aprovação da acta em minuta

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a reunião eram dezanove horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro. E eu, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

O ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ESPECIALISTA,